



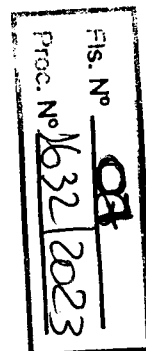
Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 10/23

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO E COMARCA DE BARUERI, DO ESTADO DE SÃO PAULO, FAZ PUBLICAR O SEGUINTE AUTÓGRAFO DE LEI: A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO E COMARCA DE BARUERI, RESOLVE: APROVAR, NOS SEUS TERMOS, O **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/23**, DE AUTORIA DO CHEFE DO EXECUTIVO, QUE CRIA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE MÉDICO DIRETOR TÉCNICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.



A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI DECRETA:

Art. 1º Fica criada a função gratificada de Médico Diretor Técnico na Secretaria Municipal de Saúde, observadas as condições constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

Parágrafo único: A função de que trata o caput deste artigo é privativa do cargo efetivo de médico.

Art. 2º São atribuições do Médico Diretor Técnico:

I – a responsabilidade pela coordenação e supervisão dos serviços da unidade;

II – assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando ao melhor desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais da saúde, em benefício da população, sendo responsável por faltas éticas decorrentes de deficiências materiais, instrumentais e técnicas;

III – organizar os horários de trabalho de todos servidores, principalmente do corpo médico para que não haja lacunas durante o funcionamento da unidade;

IV – cientificar a Secretaria de Saúde sobre eventuais irregularidades que se relacionem com a boa ordem;

V – supervisionar a execução das atividades de assistência médica da unidade;

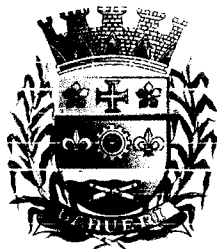
VI – executar e fazer executar as orientações da Secretaria Municipal de Saúde em matéria administrativa.

Art. 3º O servidor designado para o exercício da função de Médico Diretor Técnico terá direito ao recebimento, além do valor percebido em decorrência do seu cargo de concurso e suas vantagens pessoais, o valor da gratificação fixado no Anexo Único da presente Lei Complementar.

Parágrafo único: o valor da função gratificada será sempre atualizado no mesmo percentual e na mesma data dos reajustes de caráter geral concedidos aos servidores públicos municipais.

Art. 4º Excetuam-se do disposto no artigo anterior as hipóteses de:

I – afastamento decorrente de licenças para tratamento de saúde e licenças não remuneradas, durante o período de afastamento;



Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

II – afastamento do exercício das atribuições do cargo, decorrente de readaptação ou de provimento em cargo em comissão ou designação em função de confiança;

III – cessão do servidor a outros entes federados.

Art. 5º O valor da gratificação prevista nesta Lei Complementar não servirá de base de cálculo para quaisquer outras vantagens ou parcelas da remuneração, salvo a relativa à licença assiduidade, gratificação natalina e férias, que serão calculadas com base na média dos últimos doze meses e, em nenhuma hipótese, incorporará aos vencimentos do servidor.

Parágrafo único. Fica a gratificação de que trata esta Lei Complementar incluída no rol do parágrafo único do artigo 42, da Lei Complementar nº 277, de 7 de outubro de 2011.

Art. 6º Fica vedada a percepção de horas extras pelo servidor designado, por eventual jornada excedente em razão do exercício das atividades normais decorrentes da própria função de Médico Diretor Técnico.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Barueri, 27 de junho de 2023.

Antonio Furlan Filho
Presidente

Publicado e registrado na Administração da Câmara Municipal de Barueri, em data supra.

Adriana Froes
Secretaria Legislativa

Fis. Nº	08
Proc. Nº	1632/2023

